

# Gestão dos serviços de saneamento

O tema **Gestão dos serviços de saneamento** evidencia a difusão no território nacional das várias esferas de competência e arranjos institucionais que administram os serviços de saneamento. Nesse tema foram também reveladas a distribuição espacial das diversas formas de manifestação da sociedade civil reivindicando o acesso ao saneamento e/ou a melhoria dos serviços.

Cabe observar que na contemporaneidade o direito ao saneamento se confunde, cada vez mais, com o próprio direito ao meio ambiente e à qualidade de vida, tornando-se um dos indicadores mais sensíveis do grau de organização da sociedade civil em busca do acesso à cidadania e da própria diminuição das desigualdades existentes na sociedade brasileira.

No que se refere às diferentes esferas administrativas das entidades responsáveis pelo serviço de abastecimento de água, verifica-se na Tabela 6 que 68,8% pertencem à administração estadual e 45,5% à esfera municipal. Na Região Norte e no Sudeste, no entanto, a responsabilidade pelo serviço se divide entre entidades municipais e estaduais numa proporção praticamente equivalente. No Centro-Oeste nota-se a presença, embora pequena, de entidades de âmbito federal, esfera atualmente pouco presente nas demais regiões. Entidades particulares só aparecem de forma proporcionalmente significativa na Região Norte, onde 30% delas são da esfera privada e, em segundo lugar, na Região Sul, com 13%.

**Tabela 6 - Entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água, por esfera administrativa, segundo as Grandes Regiões - 2000**

Grandes Regiões	Total de municípios abastecidos	Entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água, por esfera administrativa (%)			
		Municipal	Estadual	Federal	Particular
<b>Brasil</b>	<b>5 391</b>	<b>45,5</b>	<b>68,8</b>	<b>0,5</b>	<b>8,4</b>
Norte	422	42,2	42,7	0,2	30,3
Nordeste	1 722	43,3	78,3	0,4	4,9
Sudeste	1 666	54,8	58,8	0,0	4,1
Sul	1 142	40,6	75,0	0,1	13,6
Centro-Oeste	439	34,6	78,8	4,1	3,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.-

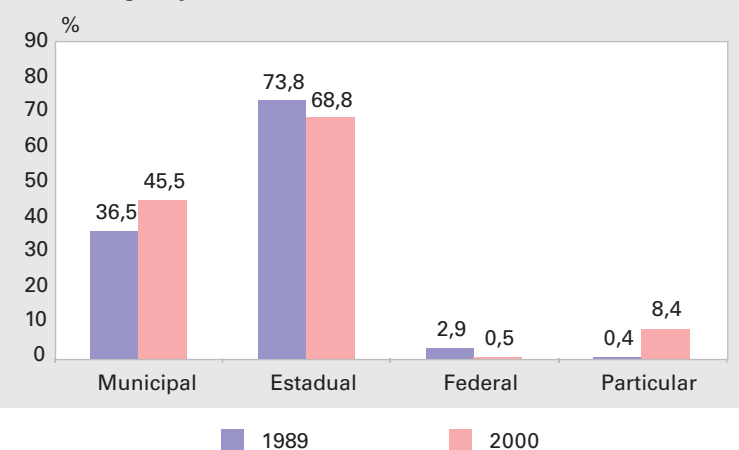
Nota: O município foi computado tantas vezes quantas foram as esferas administrativas de entidades prestadoras do serviço de abastecimento de água em seu território.

O padrão de distribuição das esferas administrativas de acordo com tamanho da população dos municípios não difere muito do padrão encontrado para o conjunto do País. Nesse sentido, a desagregação dos dados segundo os estratos populacionais dos municípios

mostra que municípios mais populosos e municípios menos povoados seguem aproximadamente a mesma tendência de distribuição de responsabilidades entre as várias esferas, ainda com a predominância das empresas estaduais e municipais. Poder-se-ia dizer que entidades privadas são ligeiramente mais importantes, do ponto de vista proporcional, em municípios de porte médio.

Comparando-se, no entanto, os dados atuais com aqueles constatados em 1989 (Gráfico 9), observa-se que houve um crescimento proporcional na participação de empresas de administração municipal na prestação do serviço, bem como um incremento no número de empresas particulares, mais expressivo, em algumas regiões, em municípios de médio porte. É provável que estas alterações se tenham produzido como decorrência da política do Governo Federal para o setor, no sentido de implementar iniciativas dirigidas à municipalização da administração pública e à privatização de serviços voltados para o saneamento básico.

**Gráfico 9 - Entidades prestadoras de serviço de abastecimento de água, por esfera administrativa - Brasil - 1989/2000**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 1989/2000.

Quanto à distribuição do serviço de esgotamento sanitário entre as esferas de competência, a diretriz do PLANASA em criar companhias estaduais centralizadas e mais dinâmicas, teve pouco efeito na esfera administrativa das entidades prestadoras de serviço de esgotamento sanitário. Conforme a Tabela 7, o serviço prestado aos municípios permaneceu, primordialmente, sob a responsabilidade dos governos locais (35,2 em 1989 e 38,4 em 2000). As modificações mais significativas no período foram o aumento em 18,5% de municípios com serviços prestados por entidades estaduais (11,9 em 1989 para

14,1 em 2000), a maior presença de empresas particulares e a ausência da atuação federal nos municípios das grandes regiões, exceto na Região Nordeste, mesmo assim, em níveis inferiores aos apresentados em 1989.

**Tabela 7 - Proporção de municípios com serviço de esgotamento sanitário, por esfera administrativa das entidades, segundo as Grandes Regiões - 1989/2000**

Grandes Regiões	Proporção de municípios com serviço de esgotamento sanitário (%)									
	Total		Municipal		Estadual		Federal		Particular	
	1989	2000	1989	2000	1989	2000	1989	2000	1989	2000
<b>Brasil</b>	<b>47,3</b>	<b>52,2</b>	<b>35,2</b>	<b>38,4</b>	<b>11,9</b>	<b>14,1</b>	<b>0,7</b>	<b>0,1</b>	<b>0,2</b>	<b>1,0</b>
Norte	8,4	7,1	3,4	3,3	4,0	2,2	0,3	0,0	1,7	1,8
Nordeste	26,1	42,9	22,3	37,9	3,9	5,6	0,6	0,2	0,0	0,6
Sudeste	91,0	92,9	67,6	66,3	22,7	26,8	1,5	0,0	0,2	1,9
Sul	39,1	38,9	28,2	24,5	11,2	15,0	0,1	0,0	0,0	0,1
Centro-Oeste	12,9	17,9	3,7	7,4	9,2	10,1	0,3	0,0	0,0	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 1989/2000.

Embora em um mesmo município possa haver a presença de mais de uma entidade, por vezes de esferas administrativas distintas, a atuação municipal e estadual se distingue de acordo com o tamanho dos municípios. Os municípios de menor porte são, na sua maioria, servidos por entidades municipais, e nos municípios com maiores concentrações populacionais predominam as entidades estaduais. Nesse sentido, veri-

fica-se que entre os municípios pequenos e médios, onde há o serviço de esgotamento sanitário, predomina a atuação de entidades municipais. Já em municípios maiores, o serviço de esgotamento sanitário fica a cargo, principalmente, de entidades estaduais.

Quanto aos serviços de limpeza urbana, a pesquisa revelou tendência à adoção da terceirização em todas as regiões brasileiras, sendo este movimento mais acentuado nos municípios de maior porte e com menor intensidade no Nordeste. Ainda que o percentual de municípios que adotam os serviços sob administração direta da Prefeitura seja muito grande, já se nota uma reversão no quadro entre os municípios que têm alguma forma de cobrança.

Esta correspondência resulta da necessidade da Prefeitura em garantir os recursos comprometidos para pagamento das faturas das empresas contratadas, por força da lei de responsabilidade fiscal, o que acaba por induzir a administração pública a implantar uma taxa específica para cobrir os custos com a varrição, coleta e disposição do lixo. Observa-se que nas Regiões Sudeste e Sul, a quantidade de municípios que optou pela terceirização e que instituiu alguma taxa de limpeza é muito maior do que nas outras.

É muito pequena a quantidade de municípios em que a administração dos serviços está sob a responsabilidade dos estados ou da União, ou em que foram adotadas soluções consorciadas. Esta última ocorrência está mostrada na tabela abaixo, por regiões do País.

Nos municípios de maior porte ocorre, com alguma frequência, a contratação de mais de uma empresa para executar os serviços, provavelmente para estimular a concorrência entre mais de uma instituição e obter menores preços e melhor qualidade na operação.

Finalmente, o serviço de drenagem urbana, em 99,8% dos municípios, é prestado pelas próprias Prefeituras Municipais, normalmente ligado às secretarias municipais de obras e serviços públicos. Em 73,4% dos municípios não há instrumentos reguladores do sistema de drenagem urbana (tabela 8).

**Tabela 8 - Municípios com drenagem urbana, por existência de instrumentos reguladores, segundo as Grandes Regiões - 2000**

Grandes Regiões	Municípios com serviços de drenagem urbana		
	Total	Com instrumentos reguladores (%)	Sem instrumentos reguladores (%)
<b>Brasil</b>	<b>4 327</b>	<b>26,3</b>	<b>73,4</b>
Norte	222	20,7	78,8
Nordeste	1 227	13,4	86,5
Sudeste	1 468	26,3	73,2
Sul	1 094	43,2	56,5
Centro-Oeste	316	21,8	77,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000.